

LEI 12.527/2011
(Lei de Acesso à Informação)

OUVIDORIA - SIC

Relatório Estatístico:
4º Trimestre de 2020

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	3
2 - ESTATÍSTICAS	4
2.1 – Gráfico 1 – Comunicações por Mês	4
2.2 – Gráfico 2 – Comunicações por Situação.....	4
2.3 – Gráfico 3 – Comunicações por Sexo	5
2.4 – Gráfico 4 – Comunicações por Forma de Contato.....	5
2.5 – Gráfico 5 – Comunicações por Órgão de referência.....	6
2.6 – Gráfico 6 – Comunicações por Município de Procedência.....	7
2.7 – Gráfico 7 – Comunicações por Origem.....	7
2.8 – Gráfico 8 – Comunicações por encaminhamento a Órgão Auxiliar	8
2.9 – Tabela 1 – Relação das comunicações recebidas pelo SIC em 2019.....	10
3 – CONCLUSÃO.....	14
4 - EQUIPE DA OUVIDORIA DO TCE/SC.....	15

1 – INTRODUÇÃO

O artigo 30 da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, determina que a autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, anualmente, em sítio à disposição na internet:

I - Rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;

II - Rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;

III - Relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

A Resolução nº TC 71/ 2012, de 31 de outubro de 2012, estabelece que o Tribunal de Contas publicará, anualmente, no seu portal, relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

Assim, apresentamos o relatório das solicitações efetuadas a Ouvidoria do Tribunal de Contas de Santa Catarina no quarto trimestre de 2020, com base na Lei de Acesso a Informação, informando que foram registradas no período **19 comunicações**, sendo que 16 comunicações foram concluídas no próprio período, ficando 3 pendentes para o exercício seguinte, atingindo-se um índice de resposta de **84,21%**.

O ingresso das solicitações de informações no quarto trimestre de 2020 e seu respectivo percentual de resolutividade, está demonstrado no quadro abaixo:

Comunicação Recebidas no Trimestre			
Mês	Comunicações Recebidas	Comunic.Resp.	Índice de resposta
Outubro	8	8	100,00
Novembro	3	3	100,00
Dezembro	8	5	62,50
Trimestre	19	16	84,21

2 - ESTATÍSTICAS

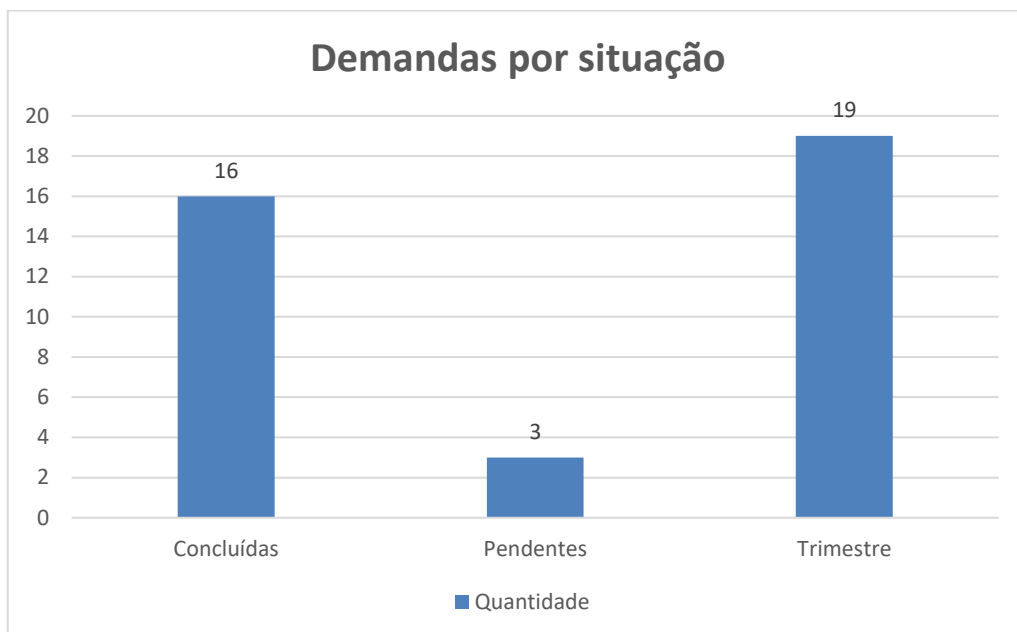
2.1 – Gráfico 1 – Comunicações por Mês

A distribuição das comunicações enviadas mensalmente ao Tribunal de Contas pode ser representada graficamente da seguinte forma:



2.2 – Gráfico 2 – Comunicações por Situação

Ao término do quarto trimestre, houveram 3 comunicações que permaneceram pendentes de atendimento, mas concluídas no mês subsequente ao trimestre em questão.



2.3 – Gráfico 3 – Comunicações por Sexo

Neste período, quanto ao sexo, 57,89 % das comunicações recebidas foram enviadas por pessoa do sexo masculino (11) e 42,11 % do sexo feminino (8).

Graficamente:

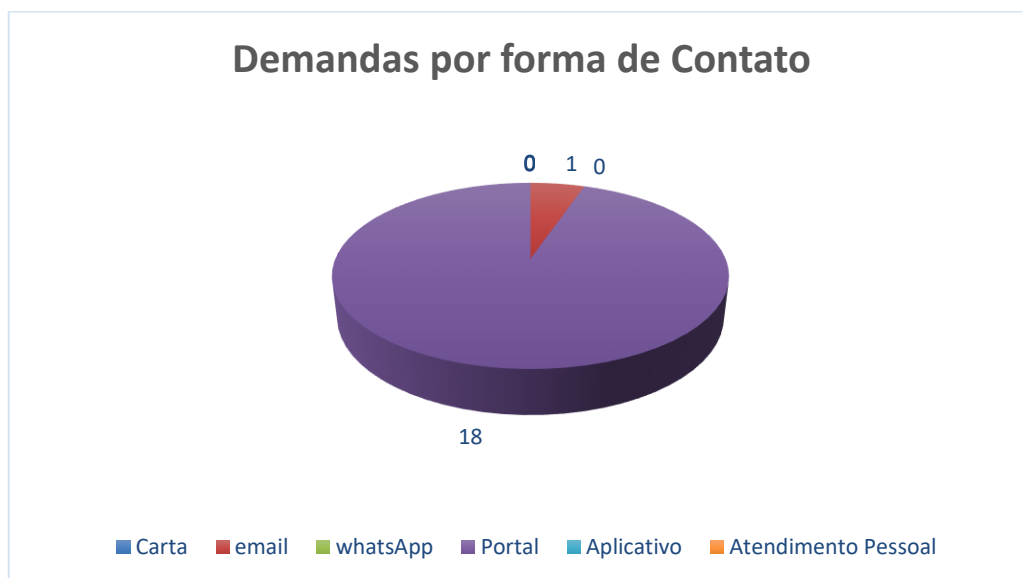


2.4 – Gráfico 4 – Comunicações por Forma de Contato

No quarto trimestre de 2020, as comunicações enviadas através do formulário disponível no Portal do Cidadão representaram 94,74% das comunicações recebidas. Houve uma inclusão por email (sic@tcsc.tc.br), o que representa 5,26 %.

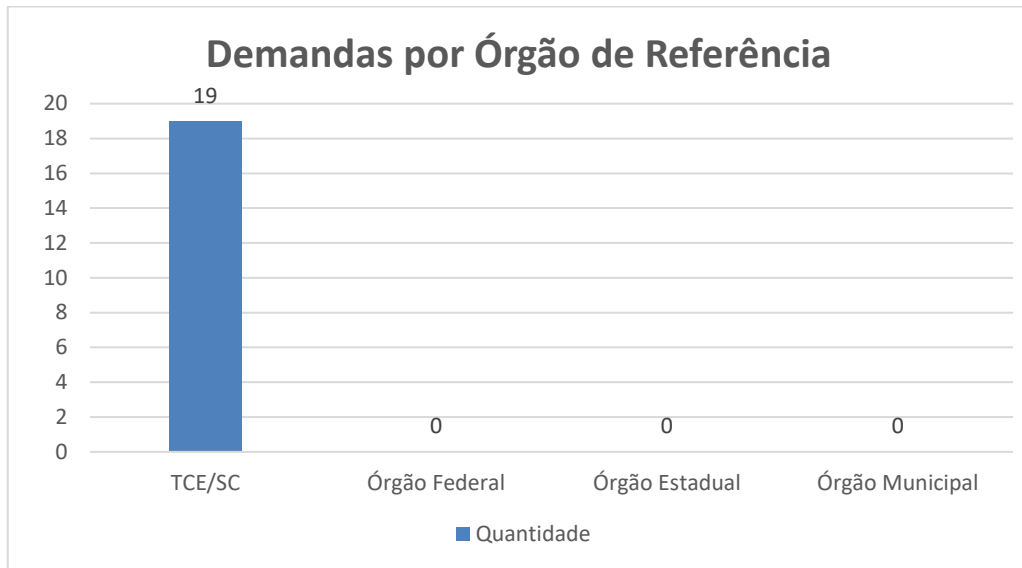
Não ocorreu nenhum cadastramento mediante atendimento pessoal, WhatsApp, carta ou aplicativo no exercício.

Visualizando graficamente o número e o respectivo percentual:



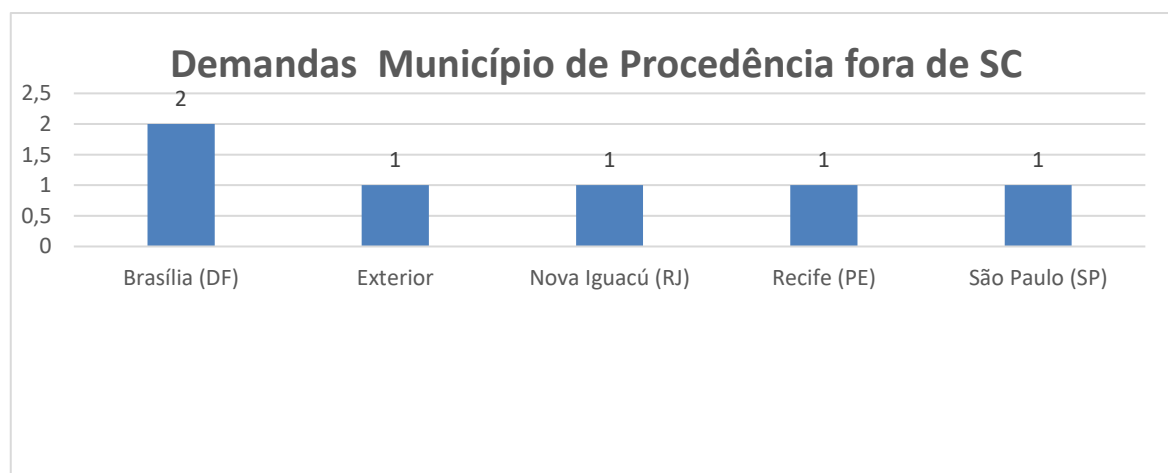
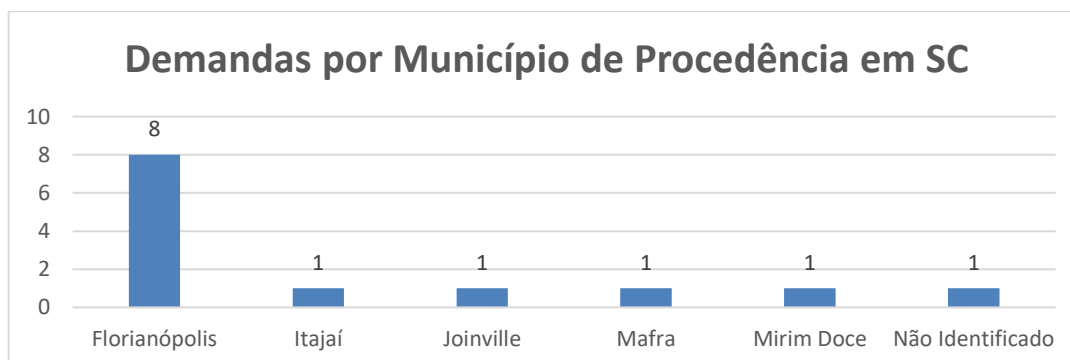
2.5 – Gráfico 5 – Comunicações por Órgão de referência

Quanto aos órgãos envolvidos na solicitação de informações ou requisição de documentos no quarto trimestre de 2020, tivemos a seguinte situação:



2.6 – Gráfico 6 – Comunicações por Município de Procedência

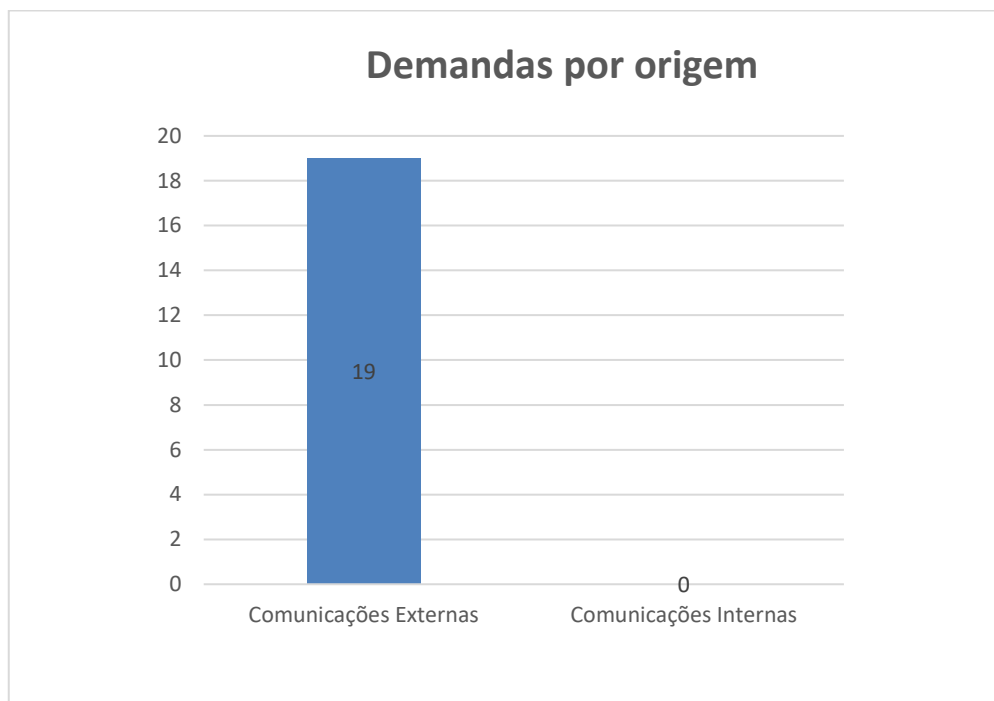
Os municípios de onde mais procederam as comunicações, com base na Lei nº 12.527, no quarto trimestre de 2020, estão demonstrados nos gráficos abaixo:



Nesse caso, todos os municípios de onde provieram comunicações com base na Lei nº 12.527, no período de análise, se encontram nos gráficos acima.

2.7 – Gráfico 7 – Comunicações por Origem

Neste período, a totalidade das comunicações foram de origem externa, conforme visualizado no gráfico abaixo:

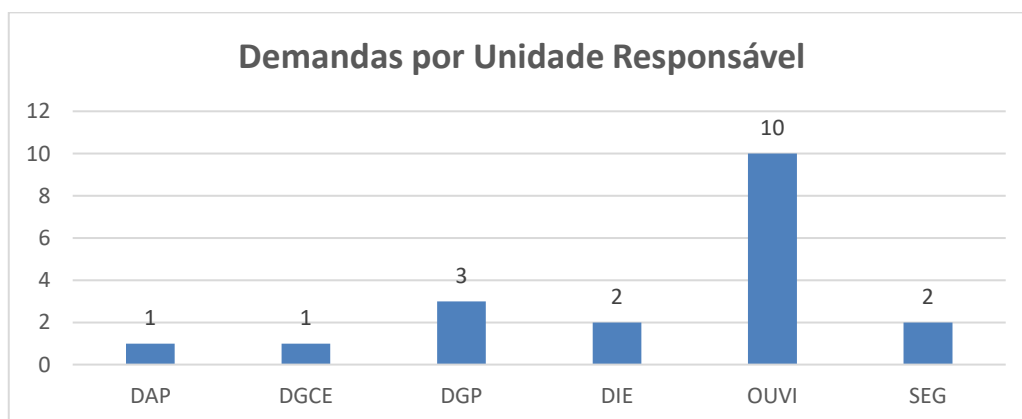


Desde o início dos trabalhos do Serviço de Informação ao Cidadão, em junho de 2012, somente cinco comunicações foram provenientes do público interno do Tribunal de Contas.

2.8 – Gráfico 8 – Comunicações por encaminhamento a Órgão Auxiliar

As comunicações encaminhadas para os órgãos auxiliares do TCE-SC são aquelas que necessitam de manifestação específica dos mesmos.

O gráfico abaixo retrata a distribuição das comunicações encaminhadas no período:



As atribuídas à Ouvidoria são aquelas que não necessitam do concurso de outra unidade, conforme preceitua § 4º do artigo 13 da Resolução N. TC-71/2012 (http://www.tcsc.tc.br/site/legislacao/arquivos/resolucao_n_71-2012_consolidada.pdf).

2.9 – Tabela 1 – Relação das comunicações recebidas pelo SIC em 2020.

Comunicações – Lei nº 12.527/2011 – Período de outubro a dezembro de 2020

Data	Nome	Gênero	Conteúdo	Orgão referência	Situação	Prazo Resposta	Unidade TCE
04/10/2020	Fernanda Denise Siems	F	Sou pós graduanda do curso de Doutorado em Educação da UFSC e preciso de uma resolução que legislou sobre a desobrigação de prestação de contas a este Tribunal sob número TC- 06/2001 relativo as Instituições Fundacionais de Santa Catarina pertencentes ao sistema ACAFE. Trata-se de material para pesquisa que desenvolvo na área do Ensino Superior e não encontrei por meio digital. Solicito o envio deste documento, ou quaisquer outros que porventura tenham sido tratados sobre esta questão junto ao Tribunal de Contas de Santa Catarina, dado que as pesquisas acadêmicas devem possuir dados empíricos dos questionamentos que se relacionam ao objeto de pesquisa. Agradeço antecipadamente e aguardo vossa resposta.	TCE/SC	05/out	0	OUVI
09/10/2020	Carlos Alberto dos Santos Pereira	M	Senhores, bom dia. Estou realizando um estudo sobre a efetiva arrecadação das multas aplicadas pelos Tribunais de Contas. Por isso, peço as seguintes informações: 1) Quanto o TCE/SC aplicou de multa aos seus jurisdicionados nos anos de 2017, 2018 e 2019? (Posição por ano). 2) Quanto o TCE/SC arrecadou de multas aplicadas aos seus jurisdicionados nos anos de 2017, 2018 e 2019? (Posição por ano). 3) Enviar as demonstrações contábeis do TCE/SC dos anos de 2017, 2018 e 2019. Ou informar um link para acesso, pois não consegui encontrar na transparência. Desde já agradeço a atenção. Fico no aguardo.	TCE/SC	20/out	11	SEG
20/10/2020	Manoel Gehrke Ryff Moreira	M	Bom dia, Sou um pesquisador na Universidade Bocconi, na Itália e doutor em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA). Estou desenvolvendo um projeto de pesquisa as consequências da lei da ficha limpa na política municipal. Gostaria de ter acesso as listas completas fornecidas ao TRE por parte do TCE-SC de gestores com contas irregulares para as eleições de 2010, 2012, 2014, 2016, 2018 e 2020. Preciso do nome de todos os gestores com contas irregulares, cpf, assim como o número do processo, a data do trânsito em julgado e o exercício em questão em cada processo. Diferentemente da maioria dos outros estados, não encontrei essas informações no site do TCE-SC. Gostaria também de me colocar a disposição para	TCE/SC	03/nov	14	SEG

			qualquer esclarecimento. Muito obrigado, Manoel Gehrke Ryff Moreira				
20/10/2020	Camila Leite	F	Gostaria de saber o quantitativo de candidatos nomeados no ultimo concurso publico, de 2015, ao cargo de Auditor Fiscal de Controle Externo (total e em cada uma das especialidades).	TCE/SC			DGP
23/10/2020	Luzia Maria Seidel	F	Gostaria de verificar se meu processo de aposentadoria está homologado.Como posso proceder?	TCE/SC			OUVI
26/10/2020	Juliana de Assumpcao	F	Prezados (as), Solicito acesso a informacao detalhada dos investimentos realizados no Estado de Santa Catarina no ambito da saude e assistencia social na prevencao e enfrentamento a violencia interpessoal cometida contra criancas e adolescentes. Solicito tambem detalhamento desses dados no municipio de Florianopolis. O periodo dos dados que solicito correspondem aos anos de 2009 a 2020 e sao para fins de pesquisa academica para trabalho de conclusao de curso.	TCE/SC			DGCE
27/10/2020	Carolina Silva D Almeida	F	Prezados, Tendo em vista que Edital de concurso publico n. 01/2015 ofereceu 10 vagas para o cargo de Auditor de Controle Externo - especialidade DIREITO (sendo 9 para ampla concorrencia e 1 vaga para PCD), solicito por gentileza informar: 1) quantos candidatos foram efetivamente nomeados para o cargo/especialidade em questao durante o prazo de validade do certame (prorrogado por 1 ano)? 2) caso tenham sido nomeados apenas 05 candidatos (conforme indica o ultimo Edital de convocacao n.22, de 24/01/2018, publicado no site do TCE-SC), qual a justificativa para a nao convocacao de todos os candidatos aprovados dentro das 10 vagas oferecidas ? 3) finalmente, existem quantos cargos vagos atualmente para Auditor na especialidade Direito? 4) existe alguma previsao para a retomada do concurso publico suspenso em 2020 em razao da pandemia? Agradeço antecipadamente! Att, Carolina	TCE/SC	28/out	1	OUVI
30/10/2020	Rogini Haas	M	Ola gostaria de saber: 1- Em quantos niveis esta dividida a carreira de auditor de controle externo. 2- Qual o remuneracao no primeiro nivel (vencimento + verba de representacao) 3- Qual o remuneracao no ultimo nivel (vencimento + verba de representacao) 4- Qual o tempo minimo para pular de nivel? 5- Sobre o Adicional de Pos graduacao (15%), mestrado (20%) e doutorado (25%), caso tenha todos, recebe todos esses adicionais, ou apenas o de maior percentual? E esse percentual e sobre o vencimento ou sobre o total da remuneracao? 6- Qual a carga horaria semanal do cargo?	TCE/SC	30/out	0	OUVI

04/11/2020	Leticia Celestino Gomes	F	Me chamo Leticia Celestino Gomes, graduanda em Ciencias Contabeis pela Universidade de Brasilia (UNB). Estou realizando uma analise de big data em auditoria governamental a luz dos tribunais de contas e gostaria de obter informacoes referentes aos meios tecnologicos, softwares utilizados na mineracao de dados pelo Tribunal de Contas que o auxiliem na analise de grande volume de dados contabeis, financeiros e economicos. Realizei algumas buscas pelas revistas e artigos do Tribunal, no entanto nao obtive exito. Poderiam, por gentileza, me informar onde consigo tais informacoes? Se puderem me sugerir revistas, artigos e etc que falem sobre aplicativos, softwares implementados ou que estao em fase de pesquisa, me ajudaria muito. Palavras chaves: big data, auditoria, tecnologia da informacao, analise automatizada, mineracao de dados, inovacao tecnologica, tratamento de dados, inteligencia artificial, auditoria tecnologica, automatizacao.	TCE/SC	27/nov	23	DIE
11/11/2020	Maykon Fagundes Machado	M	Prezados; Sou Advogado (OAB/SC 58416) e Mestrando em Ciência Jurídica pela Univali sob orientação do Prof Dr. Osvaldo Agripino. Tais informações se fazem necessárias para elaboração de dissertação, consulto: Quantas e quais são as empresas instaladas na Cidade de Itajaí, Navegantes, Itapoá e Imbituba que se beneficiam do Tratamento Tributário Diferenciado (TTD) atualmente? Qual é o retorno e eventual perda para as respectivas cidades em termos de arrecadação e desenvolvimento econômico? Qual o impacto ao Estado de Santa Catarina com tais implementações de Incentivos Fiscais e possível indicação de contributo ao Desenvolvimento Econômico? Gostaria igualmente da obtenção de demais dados referentes aos incentivos fiscais concedidos na forma de TTD, a fim de verificar se tais empresas tem proporcionado uma contraprestação as referidas cidades quando da obtenção desses incentivos; Aguardo na forma da Lei de Acesso à Informação; At.te; Maykon Fagundes Machado (OAB/SC 58.416)	TCE/SC	13/nov	2	DIE
14/11/2020	Marcos Dias de Oliveira	M	como devo proceder para acessar a movimentação financeira da câmara de vereadores de araquari?	TCE/SC	16/nov	2	OUVI
09/12/2020	Daise Borghesan	F	Bom dia, não estou conseguindo visualizar os empenhos do TCE, poderia por gentileza informar o link para consulta. Atenciosamente, Daise Borghesan Contadora Prefeitura de Mirim Doce/SC	TCE/SC	09/dez	0	OUVI
10/12/2020	Douglas de Carvalho Bastos	M	inicialmente, cumprimento os Srs deste Egrégio Tribunal de contas, seguindo, venho solicitar informação em relação ao acumulo de benefícios de aposentadoria com pensão, visto que "A emenda Constitucional 103 preceituou em seu art. 24, uma proibição de acumulação, no mesmo regime de	TCE/SC			DAP

			<p>previdência social, de mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, salvo se decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da CF, quando deixadas pelo mesmo instituidor. Como o §2 do Art. 24 fez menção à integralidade do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, a dúvida no caso em questão é que se trata de um Requerente detentor de DUAS APOSENTADORIAS decorrentes de cargos acumuláveis (médico), questiona-se, se deverá ser aplicado o redutor de proventos sobre dois dos três benefícios à que o requerente fará jus na hipótese de concessão da pensão, ou se o redutor se aplicaria a apenas um dos benefícios na hipótese de cargos acumuláveis. ” Por fim, renovo meus votos de elevada e estima consideração. Att, Douglas de Carvalho Bastos.</p>				
15/12/2020	Alexsandro Xavier de Lira	M	<p>Boa tarde. Gostaria de saber quais são os requisitos para nomeação e posse no cargo de Auditor Substituto de Conselheiro, especialmente quanto à formação exigida. Pode ser graduação em qualquer curso superior aprovado pelo MEC? OBRIGADO</p>	TCE/SC	15/dez	0	OUVI
15/12/2020	Juliana Matias Faust	F	<p>Olá, gostaria de solicitar os relatórios de gestão da secretaria municipal de educação de Florianópolis, dos anos 2013 a 2019, que não estão disponíveis no site da prefeitura.</p>	TCE/SC	16/dez	0	OUVI
16/12/2020	Dualyson de Abreu Borba	M	<p>Solicitação de Informações Prezados Senhores, Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), procedo com os seguintes questionamentos sobre trabalho remoto durante o período de pandemia do novo Coronavírus: Foi instituído pelo órgão plano de trabalho remoto a fim de resguardar a saúde e integridade física dos servidores? Em caso positivo: existia algum tipo de critério para que os servidores da atividade-fim do órgão (analistas/auditores de controle externo, ou cargos afins) realizassem suas atividades em trabalho remoto, ou qualquer servidor desta categoria poderia aderir? Os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança também poderiam aderir ao trabalho remoto? Qual o quantitativo (em números ou percentual) de servidores da atividade-fim do órgão que aderiram ao trabalho remoto durante o período de pandemia? Qual a estratégia adotada pelo órgão para mensuração de resultado individual dos servidores que aderiram ao trabalho remoto? Que mecanismos o órgão utilizou para contatar seus jurisdicionados, quando da realização de trabalho remoto (solicitação de documentos e informações, comunicação de auditoria, etc.)? Que meio de comunicação era utilizado entre os gestores e seus respectivos subordinados aderentes ao trabalho remoto? O órgão realizou algum tipo de estudo para mensurar o impacto do trabalho remoto</p>	TCE/SC	18/dez	2	DGP

			(produtividade e economia de recursos)? Em caso positivo, que resultados obteve? Desde já, agradeço! Dualyson de Abreu Borba CPF: 033.380.863-00				
23/12/2020	Henrique	M	Boa noite, gostaria de saber qual a previsão para a publicação do edital do concurso para auditor fiscal de controle externo.	TCE/SC	24/dez	1	OUVI
28/12/2020	Guilherme Augusto Gaertner Weber	M	Prezados, venho neste requerer a seguinte INFORMAÇÃO PÚBLICA: - Cópia digital integral do processo 1500255642. Sendo o que tenho a requerer, inscrevo-me.	TCE/SC	28/dez	0	OUVI
29/12/2020	Kleoson Santos	M	Prezados, tudo bom? Considerando o interesse em realizar o próximo concurso para o TCE- SC, gostaria das seguintes informações. 1) Atualmente sou servidor público de Tribunal de Justiça na esfera estadual. Possuo 7 anos de tempo de serviço. No TCE-SC receberia adicional de tempo de serviço? quantos %? a regra é triênio ou quinquênio? 2) Posso Mestrado, qual a % da gratificação nesse nível? 3) A gratificação de desempenho é um benefício que entra para os cálculos da aposentadoria? 4) Existe licença prêmio aos servidores? 5) Existe a possibilidade de venda (total ou parcial) de férias ou licença prêmio vencidas? No mais, desde já agradeço a atenção e fico no aguardo. Obg	TCE/SC			DGP

3 – CONCLUSÃO

As 19 demandas fundamentadas na Lei de Acesso à Informação no quarto trimestre de 2020 foram, em sua maioria, respondidas em curto espaço de tempo e rigorosamente dentro do que disciplina a norma. Em média, as respostas foram fornecidas aos cidadãos em menos de 7 dias, rigorosamente dentro do que disciplina a lei. Alguns casos onde houveram um tempo superior a 30(trinta) dias, suas solicitações geralmente envolveram levantamentos em mais de uma Diretoria deste Tribunal, necessitando de um tempo maior para o atendimento.

Reafirma-se que o Serviço de Informações ao Cidadão da Ouvidoria está cumprindo seus desígnios e colaborando efetivamente para o aperfeiçoamento e pela imagem institucional do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

4 – EQUIPE DA OUVIDORIA DO TCE/SC

Integrantes:

Paulo César Salum – AFCE / Coordenador Técnico

João Sérgio Santana – AFCE

José Rui de Souza – AFCE

Hilário Noldin Filho = AFCE

Luiz Augusto Luz Faísca – À disposição

Vanessa Ghex – Secretária (Terceirizada)

Telefone: (48) 3221-3610

Fax: (48) 3221-3869

WhatsApp – (48) 98482-6854

Local: 1º Andar do Bloco A do TCE/SC, ao lado da DGO

E-mails: ouvidoria@tcsc.tc.br / sic@tcsc.tc.br

Supervisor:

Conselheiro César Filomeno Fontes